

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	16

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	35
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	37
Motivos de Reapresentação	38

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	4.321.025
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>4.321.025</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	27/03/2013	Ordinária		0,49294

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	683.039	682.318
1.01	Ativo Circulante	151.519	150.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.797	31.907
1.01.01.01	Caixas e contas bancárias	1.779	2.024
1.01.01.02	Aplicações financeiras	15.018	29.883
1.01.03	Contas a Receber	19.384	17.789
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.384	17.789
1.01.04	Estoques	296	354
1.01.06	Tributos a Recuperar	86	112
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.294	695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	113.662	99.629
1.01.08.03	Outros	113.662	99.629
1.01.08.03.01	Empréstimos a Partes Relacionadas	102.001	92.277
1.01.08.03.02	Aplicações Financeiras Vinculadas	11.506	7.348
1.01.08.03.03	Outros Créditos	155	4
1.02	Ativo Não Circulante	531.520	531.832
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	202.219	200.643
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	102	36
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	102	36
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.829	3.284
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.829	3.284
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	197.000	197.000
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	197.000	197.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	288	323
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	288	323
1.02.03	Imobilizado	891	984
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	891	984
1.02.04	Intangível	328.410	330.205
1.02.04.01	Intangíveis	328.410	330.205
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	328.410	330.205

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	683.039	682.318
2.01	Passivo Circulante	191.381	186.152
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.317	4.194
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.317	4.194
2.01.02	Fornecedores	3.566	4.053
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.566	4.053
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	2.602	3.354
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	964	699
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.639	17.837
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.068	16.309
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.418	14.770
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.107	1.060
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	543	479
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.571	1.528
2.01.03.03.01	ISS	1.571	1.528
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	145.635	146.961
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.142	2.375
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.142	2.375
2.01.04.02	Debêntures	144.493	144.586
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	144.493	144.586
2.01.05	Outras Obrigações	13.820	9.983
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	791	934
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	673	923
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	118	11
2.01.05.02	Outros	13.029	9.049
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.251	1.810
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	7.556	7.214
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.222	25
2.01.06	Provisões	5.404	3.124
2.01.06.02	Outras Provisões	5.404	3.124
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	5.404	3.124
2.02	Passivo Não Circulante	241.912	305.464
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	160.217	231.540
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	220	278
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	220	278
2.02.01.02	Debêntures	159.997	231.262
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	159.997	231.262
2.02.02	Outras Obrigações	32.755	33.991
2.02.02.02	Outros	32.755	33.991
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	31.601	33.447
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	1.154	544
2.02.04	Provisões	48.940	39.933
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.822	1.837
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	923	754
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.899	1.083
2.02.04.02	Outras Provisões	46.118	38.096

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	45.445	37.443
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovias	673	653
2.03	Patrimônio Líquido	249.746	190.702
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152
2.03.04	Reservas de Lucros	141.594	82.550
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	119.963	60.919

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	84.370	163.940	73.871	144.391
3.01.01	Receita dos Serviços	84.370	163.940	73.871	144.391
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.446	-53.269	-25.254	-50.576
3.02.01	Custos dos Serviços	-26.446	-53.269	-25.254	-50.576
3.03	Resultado Bruto	57.924	110.671	48.617	93.815
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.493	-11.240	-4.357	-8.990
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.587	-11.387	-4.369	-9.172
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-5.109	-10.383	-3.960	-8.289
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-493	-946	-424	-833
3.04.02.03	Despesas Tributárias	15	-58	15	-50
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	94	147	12	182
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	94	147	12	182
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.431	99.431	44.260	84.825
3.06	Resultado Financeiro	-2.470	-5.031	-5.212	-9.473
3.06.01	Receitas Financeiras	6.642	12.774	9.107	21.016
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.112	-17.805	-14.319	-30.489
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	49.961	94.400	39.048	75.352
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.059	-30.356	-12.503	-23.846
3.08.01	Corrente	-16.905	-31.901	-12.816	-24.371
3.08.02	Diferido	846	1.545	313	525
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	33.902	64.044	26.545	51.506
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	33.902	64.044	26.545	51.506
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	7,85000	14,82000	6,14000	11,92000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	33.902	64.044	26.545	51.506
4.03	Resultado Abrangente do Período	33.902	64.044	26.545	51.506



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	85.988	84.282
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.065	30.308
6.01.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-1.545	-525
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	8.278	7.886
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	0	15
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	1.636	1.457
6.01.01.05	Receitas c/ Juros s/ Empréstimos Partes Relacionadas	-11.454	-13.712
6.01.01.06	Receitas c/ Juros s/ Aplicações Vinculadas	-581	-827
6.01.01.07	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	81	208
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	14.521	26.342
6.01.01.09	Resultado Financeiro s/ Ajuste a Valor Presente	950	1.407
6.01.01.10	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	1.160	35
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovias	9.352	7.411
6.01.01.12	Outros	667	611
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.121	2.468
6.01.02.01	Estoques	58	119
6.01.02.02	Contas à Receber	-1.583	1.951
6.01.02.03	Outros Créditos	-151	-42
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	1.882	2.654
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-564	-523
6.01.02.06	Fornecedores	-1.844	-837
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	-143	-1.068
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	-12	-391
6.01.02.09	Obrigações Sociais	123	292
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	28.482	18.815
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-28.429	-18.400
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	1.197	11
6.01.02.13	Credores pela Concessão	38	-1
6.01.02.14	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	-175	-112
6.01.03	Outros	64.044	51.506
6.01.03.01	Lucro Líquido do Período	64.044	51.506
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.861	-300
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-16	-46
6.02.02	Aquisição de Intangível	-5.064	-2.440
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-46.376	-46.565
6.02.04	Resgates Sobre Aplicações Financeiras Vinculadas	42.595	48.751
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-92.237	-172.010
6.03.02	Pagamentos de Principal de Empréstimos	-1.285	-1.285
6.03.03	Pagamento de Juros de Empréstimos	-86	-216
6.03.05	Pagamento de Principal de Debêntures	-71.519	-71.519
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	-14.359	-27.406
6.03.07	Pagamento de Dividendos	0	-66.091
6.03.08	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-1.810	-2.445
6.03.09	Pagamento de Credores pela Concessão	-3.178	-3.048
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.110	-88.028

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.907	176.545
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.797	88.517

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-5.000	0	-5.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.000	0	-5.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	64.044	0	64.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	64.044	0	64.044
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	59.044	-59.044	0	0
5.07	Saldos Finais	108.152	0	141.594	0	0	249.746

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	88.829	0	0	196.981
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	88.829	0	0	196.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-67.198	-5.094	0	-72.292
5.04.06	Dividendos	0	0	-67.198	0	0	-67.198
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.094	0	-5.094
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	51.506	0	51.506
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.506	0	51.506
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	46.412	-46.412	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	46.412	-46.412	0	0
5.07	Saldos Finais	108.152	0	68.043	0	0	176.195

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
7.01	Receitas	178.989	157.961
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	170.286	153.241
7.01.02	Outras Receitas	8.703	4.720
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	6.528	2.595
7.01.02.02	Receitas Acessórias	2.175	2.125
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-42.574	-39.709
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.753	-13.567
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.081	-509
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	147	182
7.02.04	Outros	-27.887	-25.815
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-6.528	-2.596
7.02.04.02	Custo da Concessão	-7.308	-7.073
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-14.051	-16.146
7.03	Valor Adicionado Bruto	136.415	118.252
7.04	Retenções	-8.278	-7.886
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.278	-7.886
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	128.137	110.366
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.774	21.016
7.06.02	Receitas Financeiras	12.774	21.016
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	140.911	131.382
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	140.911	131.382
7.08.01	Pessoal	12.071	11.173
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.838	8.209
7.08.01.02	Benefícios	2.554	2.354
7.08.01.03	F.G.T.S.	679	610
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.843	39.580
7.08.02.01	Federais	39.141	31.751
7.08.02.02	Estaduais	49	44
7.08.02.03	Municipais	8.653	7.785
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.953	29.123
7.08.03.01	Juros	15.217	27.625
7.08.03.02	Aluguéis	786	535
7.08.03.03	Outras	950	963
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	64.044	51.506
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.000	5.094
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	59.044	46.412

## Comentário do Desempenho

### Intervias



**Araras, 8 de agosto de 2013** – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2013, período encerrado em 31 de março de 2013. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

#### COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

- **Tráfego Pedagiado:** No 2T13 o tráfego pedagiado foi de 15.705 mil veículos equivalentes apresentando um aumento de 7,8% em relação ao 2T12. Esse aumento se deve basicamente ao aumento do tráfego equivalente na região de atuação da concessionária no período.
- **Receita:** No 2T13 a Intervias obteve uma receita bruta de R\$ 92,2 milhões. Em relação ao 2T12 houve um aumento na receita de 14,1%. A receita de obras no 2T13 ficou 77,9% maior em relação ao 2T12. A receita de pedágio cresceu 12,9% em relação ao 2T12, devido principalmente ao reajuste contratual das tarifas de pedágio (+4,26%) em 01/07/2012 e ao aumento de tráfego citado anteriormente.
- **Custos e Despesas Operacionais:** No 2T13, os custos e despesas operacionais tiveram um aumento de 7,9% em relação ao 2T12. O aumento de R\$ 2,0 milhões se deu em virtude principalmente de: (i) aumento nos custos de serviços de construção. No 2T13 foram R\$ 2,8 milhões a título de custos dos serviços de construção, sendo R\$ 1,2 milhões maiores que o realizado no 2T12; (ii) Aumento das despesas administrativas em virtude do ajuste das provisões das contingências cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 0,4 milhão e aumento nas despesas com pessoal no montante de R\$ 0,6 milhão; (iii) Aumento dos custos dos serviços prestados em virtude da realização de serviços de conserva de rotina no montante de R\$ 0,3 milhão e aumento de custos com ônus variável pago ao poder concedente em virtude do aumento da receita no montante de R\$ 0,4 milhão. Em contrapartida, (iv) Houve a redução de custos com provisão de serviços de manutenção de rodovias que realizaram R\$ 6,9 milhões no 2T13, R\$ 1,2 milhões abaixo do realizado no 2T12. As provisões para serviços de manutenção estão sendo registradas em acordo as novas normas contábeis internacionais ICPC 01.
- **EBITDA e EBITDA Ajustado:** O EBITDA encerrou o 2T13 em R\$ 56,7 milhões e R\$ 48,2 milhões no 2T12. O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o 2T13 em R\$ 63,5 milhões e R\$ 56,4 milhões no 2T12. O aumento, tanto do EBITDA, como do EBITDA ajustado, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, se deve basicamente ao aumento das receitas de pedágio, refletindo o reajuste contratual das tarifas de pedágio de 4,26%.
- **Resultado Financeiro:** A Companhia obteve um resultado financeiro líquido no 2T13 de R\$ 2,5 milhões, 3,6% menor em relação ao resultado do 1T13. As receitas financeiras no 2T13 ficaram R\$ 0,5 milhão acima do realizado no 1T13. As despesas financeiras também apresentaram um aumento no valor de R\$ 0,4 milhão.
- **Lucro Líquido:** A Companhia obteve um lucro de R\$ 33,9 milhões, representando um aumento de 27,7% comparado ao 2T12, influenciado, principalmente, pelos pontos já citados anteriormente.
- **Endividamento:** A Intervias encerrou o primeiro trimestre com um endividamento de R\$ 305,9 milhões contra R\$ 342 milhões no 1T13. A queda se deve basicamente a amortização de principal e pagamento de juros dos saldos de empréstimos e debêntures.

## Comentário do Desempenho

- **Investimentos:** Foram investidos R\$ 3,3 milhões no 2T13. Esses valores estão em conformidade com o Pronunciamento ICPC01, sendo que o Imobilizado operacional da Sociedade foi reclassificado como Intangível, passando a ser amortizado através do tráfego real mensal. Os investimentos em intervenções no pavimento das rodovias e recuperação de sinalização, consideradas “Conservas Especiais” foram transferidas do Imobilizado para custos com manutenções. Esses serviços somaram R\$ 2,4 milhões no 2T13.
- **Dividendos:** No 2T13 a Companhia não distribuiu Dividendos.

### ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12
Intervias	15.704.645	14.601.426	14.569.558	7,6%	7,8%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>92.205</b>	<b>86.784</b>	<b>80.811</b>	<b>6,2%</b>	<b>14,1%</b>
Receitas de pedágio	88.241	82.045	78.150	7,6%	12,9%
Receitas de obras	2.782	3.746	1.564	-25,7%	77,9%
Receitas acessórias	1.182	993	1.097	19,0%	7,7%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(7.835)</b>	<b>(7.214)</b>	<b>(6.940)</b>	<b>8,6%</b>	<b>12,9%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>84.370</b>	<b>79.570</b>	<b>73.871</b>	<b>6,0%</b>	<b>14,2%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(27.697)</b>	<b>(28.534)</b>	<b>(25.661)</b>	<b>-2,9%</b>	<b>7,9%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(12.657)	(11.918)	(11.576)	6,2%	9,3%
Custo dos serv. de construção	(2.782)	(3.746)	(1.564)	-25,7%	77,9%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.024)	(5.196)	(3.994)	-3,3%	25,8%
Remuneração da administração	(493)	(453)	(424)	8,8%	16,3%
Despesas tributárias	15	(73)	15	-120,5%	0,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(6.850)	(7.201)	(8.130)	-4,9%	-15,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	94	53	12	77,4%	683,3%
<b>EBITDA</b>	<b>56.673</b>	<b>51.036</b>	<b>48.210</b>	<b>11,0%</b>	<b>17,6%</b>
Margem EBITDA	67,2%	64,1%	65,3%		
<b>DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(4.242)</b>	<b>(4.036)</b>	<b>(3.950)</b>	<b>5,1%</b>	<b>7,4%</b>
Depreciação de imobilizado	(85)	(78)	34	9,0%	-350,0%
Amortização do intangível	(4.157)	(3.958)	(3.984)	5,0%	4,3%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(2.470)</b>	<b>(2.561)</b>	<b>(5.212)</b>	<b>-3,6%</b>	<b>-52,6%</b>
Receitas financeiras	6.642	6.132	9.107	8,3%	-27,1%
Despesas financeiras	(9.112)	(8.693)	(14.319)	4,8%	-36,4%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>49.961</b>	<b>44.439</b>	<b>39.048</b>	<b>12,4%</b>	<b>27,9%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(16.059)</b>	<b>(14.297)</b>	<b>(12.503)</b>	<b>12,3%</b>	<b>28,4%</b>
Corrente	(16.905)	(14.996)	(12.817)	12,7%	31,9%
Diferido	846	699	314	21,0%	169,4%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>33.902</b>	<b>30.142</b>	<b>26.545</b>	<b>12,5%</b>	<b>27,7%</b>

## Comentário do Desempenho

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12
<b>EBITDA</b>	<b>56.673</b>	<b>51.036</b>	<b>48.210</b>	<b>11,0%</b>	<b>17,6%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	6.850	7.201	8.130	-4,9%	-15,7%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>63.523</b>	<b>58.237</b>	<b>56.340</b>	<b>9,1%</b>	<b>12,7%</b>

A Intervias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* [www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).



## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.- Intervias (“Sociedade”) é uma Sociedade por ações domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul, constituída em 28 de maio de 1999. Sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”). A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000.

No semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2013 não ocorreram mudanças no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A emissão das Informações Trimestrais foi aprovada pela Diretoria em 8 de agosto de 2013.

#### 2. Concessões

No semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2013 não ocorreram mudanças no Contrato de concessão em relação às demonstrações de 31 de dezembro de 2012, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de junho de 2013, os montantes de R\$436.867 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$283.535 referentes a recuperações e manutenções, a valores correntes, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

#### 3. Base para preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC).

As informações trimestrais estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As demais informações relativas às: base de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

## Notas Explicativas

### 4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações abaixo:

4.1. Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Circulante</b>		
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	7.731	7.463
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	7.556	7.214
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(175)</u>	<u>(249)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	5.597	3.228
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	5.404	3.124
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(193)</u>	<u>(104)</u>
<b>Não circulante</b>		
Credores pela concessão em rodovias - real	37.982	40.672
Credores pela concessão em rodovias a valor presente	31.601	33.447
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(6.381)</u>	<u>(7.225)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	55.853	46.643
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	45.445	37.443
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(10.408)</u>	<u>(9.200)</u>
Provisão para investimentos em rodovias - real	863	863
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	673	653
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(190)</u>	<u>(210)</u>

(\*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 14

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do período.

4.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB, foram publicados e/ou revisados, têm adoção obrigatória, além de terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, foram aplicados pela Sociedade em suas Informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2013. Tais pronunciamentos foram implantados pela Sociedade quando tornaram-se obrigatórios e não apresentam efeitos relevantes nas informações trimestrais, que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

## Notas Explicativas

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e Bancos	1.779	2.024
Aplicações financeiras (*)	15.018	29.883
<b>Total</b>	<u><u>16.797</u></u>	<u><u>31.907</u></u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	3.763	3.656
Fundos de investimentos	11.255	26.227
<b>Total</b>	<u><u>15.018</u></u>	<u><u>29.883</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas em 105% da variação do CDI e na média de 101% do Fundos de investimentos no período.

### 6. Contas a receber

Estão representadas por:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	18.454	16.938
Cupons de pedágio a receber	544	558
Cartões de pedágio a receber	386	293
	<u><u>19.384</u></u>	<u><u>17.789</u></u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(\*) Conforme nota explicativa nº 23b.

### 7. Aplicações financeiras vinculadas

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

#### Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. Em 30 de junho de 2013, o valor dessa aplicação é de R\$ 11.506 (R\$ 7.348 em 31 de dezembro de 2012), essas aplicações foram remuneradas entre 100% e 103% da variação do CDI.

**Notas Explicativas****8. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

Estão representados por:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	2.822	1.837
Direito de concessão incorporado (c)	(19.109)	(19.764)
Ajuste a valor presente (b)	(9.801)	(10.829)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (d)		
Provisão para manutenção	50.849	40.567
Provisão de investimentos	673	653
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	<u>(11.230)</u>	<u>(2.804)</u>
Base de cálculo	14.204	9.660
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b><u>4.829</u></b>	<b><u>3.284</u></b>

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções;
- (b) Adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente;
- (c) Crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano;
- (d) Sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

	<u>Ativo</u>
2014	809
2015	540
2016	540
2017	265
Após 2018	<u>2.675</u>
	<b><u>4.829</u></b>

## Notas Explicativas

### 9. Imobilizado

A movimentação é como segue:

	Móveis, Equipamento Mobiliários, utensílios	Veículos	Total
<b>Custo do imobilizado bruto</b>			
Saldo em 01/01/2013	3.075	84	3.159
Adições	70	-	70
Alienações/baixas	(20)	-	(20)
Saldo em 30/06/2013	3.125	84	3.209
<b>Depreciação acumulada</b>			
Saldo em 01/01/2013	(2.158)	(17)	(2.175)
Depreciação	(157)	(6)	(163)
Alienações/baixas	20	-	20
Saldo em 30/06/2013	(2.295)	(23)	(2.318)
<b>Imobilizado líquido</b>			
Saldo em 01/01/2013	917	67	984
Saldo em 30/06/2013	830	61	891
Taxas de depreciação - %	20%	20%	20%

### 10. Intangível

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 01/01/2013	605.549	28.434	60.152	2.069	815	697.019
Adições	2.764	-	-	152	3.404	6.320
Transferências/reclassificações	2.673	-	-	-	-2.673	-
Alienações/baixas	(163)	-	-	-	-	(163)
Saldo em 30/06/2013	610.823	28.434	60.152	2.221	1.546	703.176
<b>Amortização acumulada</b>						
Saldo em 01/01/2013	(322.107)	(13.956)	(30.124)	(627)	-	(366.814)
Amortização	(7.068)	(335)	(696)	(16)	-	(8.115)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	163	-	-	-	-	163
Saldo em 30/06/2013	(329.012)	(14.291)	(30.820)	(643)	-	(374.766)
<b>Intangível líquido</b>						
Saldo em 01/01/2013	283.442	14.478	30.028	1.442	815	330.205
Saldo em 30/06/2013	281.811	14.143	29.332	1.578	1.546	328.410
Amortização %	-	-	-	-	-	5,02%

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado;
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado. Vide Nota Explicativa nº 14;
- (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada "Ágio incorporado". Por entender que, na

## Notas Explicativas

essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

### 11. Empréstimos e financiamentos

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 3,3% a.a.	1.026	2.259
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 4,3% a.a.	<u>116</u>	<u>116</u>
		<b>1.142</b>	<b>2.375</b>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 4,3% a.a.	<u>220</u>	<u>278</u>
		<b>220</b>	<b>278</b>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Automático) para financiamento de obras. Em 30 de junho de 2013, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias. O vencimento final será em 18 de novembro de 2013;
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Em 30 de junho de 2013, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2014	57
2015	115
2016	<u>48</u>
	<b>220</b>

Em 30 de junho de 2013 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

### 12. Debêntures

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	30/06/2013		31/12/2012	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão (a)	307.947	CDI + 1,5% a.a.	Mar./2015	72.859	54.359	72.928	90.586
2ª emissão (b)	3.000	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	72.233	105.894	72.437	141.186
	<u>310.947</u>			<b>145.092</b>	<b>160.253</b>	<b>145.365</b>	<b>231.772</b>
Custo de transação				(599)	(256)	(779)	(510)
Total				<b>144.493</b>	<b>159.997</b>	<b>144.586</b>	<b>231.262</b>

## Notas Explicativas

- (a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de março de 2013 de R\$1 cada uma;
- (b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 22 de novembro de 2010 com valor real unitário em 31 de março de 2013 de R\$100 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito abaixo:

	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data de integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª emissão	15/03/2010	307.947	26/04/2010	311.300
2ª emissão	22/11/2010	300.000	16/12/2010	302.539
<b>Total</b>		<b>607.947</b>		<b>613.839</b>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e é amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão é paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011.

Em 30 de junho de 2013, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2014	71.354
2015	88.643
	<u><u>159.997</u></u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 30 de junho de 2013 a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Sociedade. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas;
2. Cessão fiduciária de 80% dos direitos creditórios decorrentes da exploração das praças de pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas;
3. Cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios de indenização;
4. Todas as cotas de emissão do fundo de investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.

## Notas Explicativas

### 13. Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho 2013 e 31 de dezembro de 2012 e as transações realizadas no período de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e de 2012, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber partes relacionadas:		
Mútuos - Arteris S.A. (b)	101.997	92.261
Arteris S.A.	4	10
Centrovias	-	3
Autopista Fernão Dias S.A.	-	1
Autopista Planalto Sul S.A.	-	1
Autopista Litoral Sul S.A.	-	1
	<u>102.001</u>	<u>92.277</u>
<b>Ativo não circulante</b>		
Contas a receber partes relacionadas:		
Mútuos - Arteris S.A. (b)	<u>197.000</u>	<u>197.000</u>
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Passivo circulante:</b>		
Fornecedores com partes relacionadas:		
Arteris S.A.	118	7
Autovias S.A.	-	4
Centrovias	1	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	524	604
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	148	319
	<u>791</u>	<u>934</u>
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	4.251	1.810
<b>Total passivo circulante</b>	<u>5.042</u>	<u>2.744</u>

  

Resultado 2013	2º Trimestre 2013			1º Semestre 2013		
	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas administrativas	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas administrativas
Arteris S.A. (b)	-	6.030	91	-	11.454	425
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	1.736	-	-	3.512	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	513	-	-	728	-	-
<b>Total</b>	<u>2.249</u>	<u>6.030</u>	<u>91</u>	<u>4.240</u>	<u>11.454</u>	<u>425</u>

  

Resultado 2013	2º Trimestre 2012			1º Semestre 2012		
	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas administrativas	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas administrativas
Arteris S.A. (b)	-	6.434	263	-	13.712	536
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (a)	406	-	-	949	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	2.476	-	-	5.868	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	397	-	-	1.201	-	-
<b>Total</b>	<u>3.279</u>	<u>6.434</u>	<u>263</u>	<u>8.018</u>	<u>13.712</u>	<u>536</u>



## Notas Explicativas

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Arteris S.A. Os saldos e transações registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e no custo de serviços prestatos, são relativos a operações mercantis e referem-se a serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras de manutenção de rodovias;
- (b) As despesas administrativas referem-se aos rateios e aluguéis entre as empresas do grupo. As receitas financeiras referem-se a empréstimo que teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A. e é composto por cinco contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				30/06/2013	31/12/2012
20/08/2008	22/08/2015	CDI + 1,037% a.a.	40.000	61.702	59.692
18/09/2008	18/09/2015	CDI + 1,037% a.a.	97.000	148.228	143.401
04/12/2008	04/12/2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.918	11.530
17/12/2008	17/12/2015	CDI + 1,037% a.a.	52.000	77.149	74.638
			<b>197.000</b>	<b>298.997</b>	<b>289.261</b>

(\*) Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2013 e o principal terá seu vencimento em dezembro de 2015.

No decorrer dos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$946 e R\$493 em 2013 e de R\$833 e R\$424 em 2012, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual da Sociedade. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Ao final de cada exercício social os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas” é de R\$798 e R\$1.572.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex-empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre as quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade prove a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua

## Notas Explicativas

categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

### 14. Credores pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão o qual é composto pelos valores devidos ao DER-SP pela outorga da concessão, ajustados a valor presente.

O valor do ônus da concessão vem sendo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000, sem considerar as alterações determinadas pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, que autorizou a prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo com a finalidade de reestabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>				
Direito de outorga - parcela fixa	6.576	6.272	6.752	6.521
Parcela variável (a)	980	942	980	942
<b>Total</b>	<b>7.556</b>	<b>7.214</b>	<b>7.732</b>	<b>7.463</b>
<b>Não circulante</b>				
Direito de outorga - parcela fixa	31.601	33.447	37.982	40.672

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

## Notas Explicativas

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2013 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo de parcelas	12	67	79

O valor pago pela Sociedade no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2013 ao Poder Concedente foi de R\$8.813 (R\$3.178 de parcela fixa e R\$5.635 de parcela variável).

Em 30 de junho de 2013, o valor real das parcelas relativas ao saldo a valor presente classificado no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2014	3.401
2015	6.803
2016	6.803
Após 2017	20.975
	<b>37.982</b>

## 15. Provisões

### 15.1 Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o semestre findo em 30 de junho de 2013 é conforme segue:

	01/01/2013	Adições	Reversões	Utilizações	30/06/2013
Cíveis	1.083	990	(43)	(131)	1.899
Trabalhistas	754	496	(283)	(44)	923
<b>Total</b>	<b>1.837</b>	<b>1.486</b>	<b>(326)</b>	<b>(175)</b>	<b>2.822</b>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$944 e R\$626, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de junho de 2013 (R\$968 e R\$618, respectivamente em 31 de dezembro de 2012).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

### 15.2 Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a

## Notas Explicativas

serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o semestre findo em 30 de junho de 2013 é conforme seguem:

Provisões	Circulante	Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimento em rodovias
Saldos em 01/01/2013	3.124	37.443	653
Adições	-	10.797	-
AVP	-	930	20
Utilizações	(1.445)	-	-
Transferências	3.725	(3.725)	-
Saldos em 30/06/2013	5.404	45.445	673

Os pagamentos efetuados no período, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$5.252.

### 16. Patrimônio líquido

- a) O capital social subscrito em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$108.710, integralizado pelo valor de R\$108.152. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de junho de 2013 estão demonstradas a seguir:

Acionista	Quantidade de ações subscritas	30/06/2013	
		Quantidade de ações Integralizadas	Participação %
Arteris S.A.	4.352.285	4.321.025	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

#### Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

#### Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

#### Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior.

## Notas Explicativas

Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de imposto de renda.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2013, a Sociedade provisionou juros sobre capital próprio no montante de R\$4.251, líquidos de R\$749, referente ao imposto de renda retido na fonte.

### 17. Receitas

Estão representadas por:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita de serviços prestados	88.241	170.286	78.150	153.241
Receita de serviços de construção	2.782	6.528	1.564	2.595
Receitas acessórias	1.182	2.175	1.097	2.125
	<b>92.205</b>	<b>178.989</b>	<b>80.811</b>	<b>157.961</b>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita bruta	92.205	178.989	80.811	157.961
ISS	(4.499)	(8.627)	(3.987)	(7.767)
PIS	(595)	(1.144)	(526)	(1.033)
COFINS	(2.741)	(5.278)	(2.427)	(4.770)
Receita líquida	<b>84.370</b>	<b>163.940</b>	<b>73.871</b>	<b>144.391</b>

### 18. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
<b>Custos</b>				
Custo de construção	2.782	6.528	1.564	2.595
Com pessoal	4.808	9.098	4.686	9.074
Serviços de terceiros	264	528	20	54
Depreciação / amortização	4.157	8.115	3.894	7.826
Custos com poder concedente	2.958	5.672	2.630	5.171
Seguros / garantias	24	46	48	94
Conservação	3.068	6.132	2.794	6.706
Provisão para manutenção	6.850	14.051	8.130	16.148
Outros custos	1.535	3.099	1.398	2.908
<b>Total</b>	<b>26.446</b>	<b>53.269</b>	<b>25.254</b>	<b>50.576</b>

**Notas Explicativas**

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
<b>Despesas:</b>				
Com pessoal	2.108	3.983	1.463	2.881
Serviços de terceiros	729	1.430	775	1.542
Depreciação / amortização	85	163	(34)	60
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	336	985	(136)	(78)
Consumo	386	737	341	758
Transporte	67	130	60	118
Seguros /garantias	379	730	410	969
Outras Despesas	1.019	2.225	1.081	2.039
<b>Total</b>	<b>5.109</b>	<b>10.383</b>	<b>3.960</b>	<b>8.289</b>

**19. Resultado financeiro**

Estão representados por:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
<b>Receitas financeiras:</b>				
Aplicações financeiras	612	1.320	2.628	7.257
Atualizações sobre mútuos	6.030	11.454	6.434	13.712
Outras receitas	-	-	45	47
<b>Total receitas</b>	<b>6.642</b>	<b>12.774</b>	<b>9.107</b>	<b>21.016</b>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(7.247)	(14.603)	(11.861)	(26.550)
Atualizações monetárias sobre o direito da outorga	(940)	(1.636)	(1.165)	(1.457)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(731)	(950)	(703)	(1.407)
Outras despesas	(194)	(616)	(590)	(1.075)
<b>Total despesas</b>	<b>(9.112)</b>	<b>(17.805)</b>	<b>(14.319)</b>	<b>(30.489)</b>

**20. Demonstração dos fluxos de caixa**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

	Período	
	30/06/2013	30/06/2012
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de intangível e imobilizado no período registrado em obrigações à pagar (a)	1.310	743
Juros sobre capital próprio em obrigações a pagar	4.251	2.649
Outros	-	1.107

## Notas Explicativas

(a) Fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais, obrigações fiscais e outras contas a pagar

### 21. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 30 de junho de 2013 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012 é como segue:

	<u>30/06/2013</u>		<u>30/06/2012</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.961	94.400	39.048	75.352
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(16.987)	(32.096)	(13.276)	(25.620)
Juros sobre o capital próprio	908	1.701	754	1.732
Efeito de adições e exclusões	20	39	19	42
Despesa contabilizada	<u>(16.059)</u>	<u>(30.356)</u>	<u>(12.503)</u>	<u>(23.846)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(16.905)	(31.901)	(12.816)	(24.371)
Diferidos	846	1.545	313	525
	<u>(16.059)</u>	<u>(30.356)</u>	<u>(12.503)</u>	<u>(23.846)</u>

### 22. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2013 e de 2012:

	<u>30/06/2013</u>		<u>30/06/2012</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
<b>Básico</b>				
Lucro líquido do período	33.902	64.044	26.545	51.506
Número de ações durante o ano (milhares)	4.321	4.321	4.321	4.321
Lucro por ação - básico	<u>7,85</u>	<u>14,82</u>	<u>6,14</u>	<u>11,92</u>
<b>Diluído</b>				
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	33.902	64.044	26.545	51.506
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação (milhares)	4.321	4.321	4.321	4.321
Lucro por ação - diluído	<u>7,85</u>	<u>14,82</u>	<u>6,14</u>	<u>11,92</u>

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o período e exercício findo em 30 de junho de 2013 e de 2012 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na

## Notas Explicativas

apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

### 23. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pelas atualizações abaixo:

#### a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nos índices sujeitos a variação sem desconsiderar os juros fixos sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. Adicionalmente em função da atual conjuntura econômica a administração resolveu inserir mais um cenário com a diminuição da alíquota em 25%.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)
CDI	9,50%	11,88%	14,25%	7,13%
Juros a incorrer (*)	(26.183)	(31.552)	(36.823)	(20.758)
Receita de aplicações financeiras	2.554	3.191	3.830	1.915
Receitas financeiras de mútuos	31.505	38.621	45.708	24.419
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%	3,75%
Juros a incorrer (*)	(41)	(45)	(46)	(35)
Juros a Incorrer líquido	<b>7.835</b>	<b>10.215</b>	<b>12.669</b>	<b>5.541</b>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 05.07.2013.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

#### b) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$18.420 e R\$16.938, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.



## Notas Explicativas

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2013	2014	2015	2016	2017	2017 em diante	Total
Debêntures	9,32	84.927	159.301	93.150	-	-	-	337.378
BNDES	8,3	1.044	-	-	-	-	-	1.044
FINAME	9,3	71	134	124	49	-	-	378
Credores pela concessão	5,86	3.288	6.118	5.660	5.660	5.660	11.791	38.177
<b>Total</b>		<b>89.330</b>	<b>165.553</b>	<b>98.934</b>	<b>5.709</b>	<b>5.660</b>	<b>11.791</b>	<b>376.977</b>

## 24. Informações por segmento de negócio

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 25. Garantias e seguros

A Sociedade por força contratual mantém vigentes e atualizadas apólices de seguro garantia que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial das funções operacionais e de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos

## Notas Explicativas

de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2013, as coberturas de seguros da Sociedade são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perdas de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	30.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	139.858

(\*) Por Sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente

## 26. Eventos subsequentes

Em 27/06/2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Foi determinada a utilização do IGPM, nos termos originais dos contratos de concessão.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável;(ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras; (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 30 de junho de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Araras - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 8 de agosto de 2013.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1SP 139268/O-6 Contador CRC 1SP 124504/O-9

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

A Sociedade não possui Conselho Fiscal constituído.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2013.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Atualização de nota explicativa - " Eventos subsequentes"